

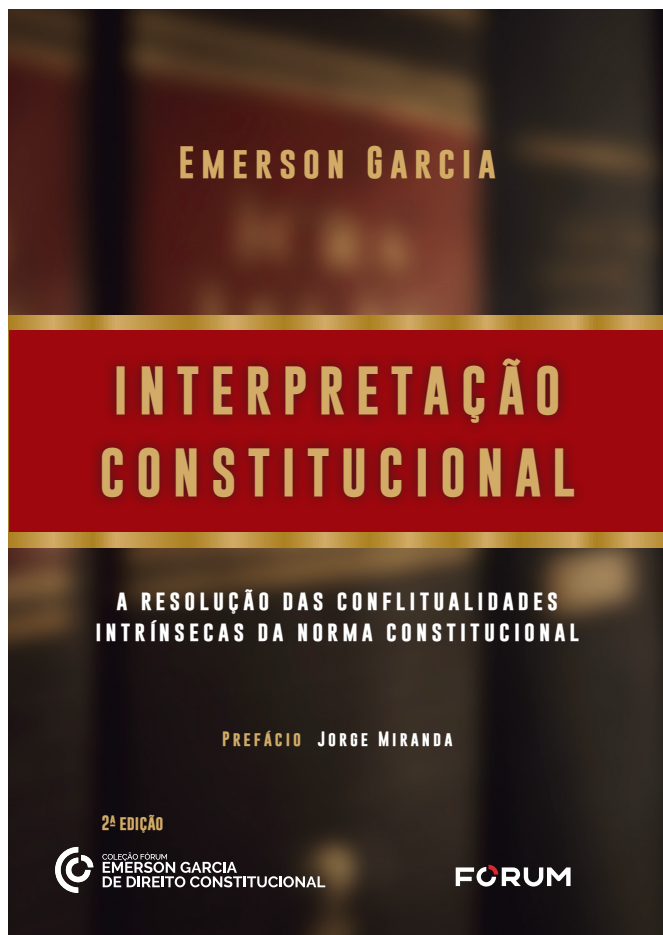
Emerson Garcia

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

A resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional

Prefácio
Jorge Miranda

2ª edição revista, ampliada e atualizada



Todo e qualquer intérprete, ao iniciar a atividade intelectual que culminará em atribuir um significado ao enunciado linguístico inserido na Constituição, há de superar as conflitualidades intrínsecas que se apresentam nesse processo. Essas conflitualidades nada mais são que incidentes, efetivos ou potenciais, do processo de interpretação constitucional, que refletem a oposição entre grandezas argumentativamente relevantes, passíveis de influir na identificação de uma pluralidade de significados reconduzíveis ao mesmo enunciado linguístico. Diz-se que a conflitualidade pode ser efetiva ou potencial, na medida em que o intérprete necessariamente deve aferir a sua presença, tomando uma decisão a esse respeito. Decisões dessa natureza terão lugar no curso do processo de interpretação. Concluindo pela existência da conflitualidade, o intérprete deve resolvê-la. Inclinando-se pela negativa, deve atribuir ao enunciado linguístico interpretado o único significado que lhe foi possível identificar.

Trata-se de operação cotidiana, realizada por qualquer operador do direito, mas que ainda carecia de sistematização. O objetivo, portanto, foi o de estabelecer uma visão inovadora a respeito da interpretação constitucional, demonstrando que o intérprete alcança o conteúdo da norma ao resolver divergências existentes no âmbito da linguagem, dos valores, dos fins a serem alcançados e do modo como a norma alcançará a realidade (ex.: impondo deveres, direitos ou faculdades). A obra é de singular utilidade a todo e qualquer estudante ou operador do direito, pois, além do seu elevado nível de sistematização, contribui para a compreensão de conceitos jurídicos de amplitude verdadeiramente oceânica, como são as noções de naturalismo, positivismo, pós-positivismo, realismo etc.

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins
TEORIA GERAL DO DIREITO.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003328

G216i	Garcia, Emerson Interpretação constitucional: a resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional / Emerson Garcia. - 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 599p. ; 17cm x 24cm. – (Coleção Emerson Garcia de Direito Constitucional v.2) Inclui bibliografia. ISBN da coleção: 978-65-5518-467-9 ISBN: 978-65-5518-360-3 1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Teoria Geral do Direito. I. Título.	
2022-308		CDD: 342 CDU: 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GARCIA, Emerson. *Interpretação constitucional*: a resolução das conflitualidades intrínsecas da norma constitucional. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 599p. ISBN 978-65-5518-360-3. (Coleção Emerson Garcia de Direito v.2).

Emerson Garcia

Doutor e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Especialista em *Education Law and Policy* pela *European Association for Education Law and Policy* (Antuérpia – Bélgica) e em Ciências Políticas e Internacionais pela Universidade de Lisboa. Professor convidado de diversas instituições de ensino. Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros.

PREFÁCIO	
Jorge Miranda	11
NOTA BIOGRÁFICA	
	15
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	
	17
INTRODUÇÃO	
1	Gênese da conflitualidade: o sistema constitucional e a relação texto-contexto
	19
2	Conflitos e decisões no plano jurídico-constitucional
	29
3	Tese de fundo: conceito, contextualização e perspectivas da conflitualidade intrínseca
	43
4	Delimitação e importância do objeto da investigação
	51
5	Metodologia utilizada
	54
6	Plano da investigação
	57

TÍTULO I
CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA DA NORMA CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO I	
FORMAÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA	
1	Aspectos introdutórios.....
	63
2	Enunciado linguístico, disposição normativa e norma constitucional
	70
3	Conflitualidade intrínseca e antinomia: distinção ontológica e relação consequencial
	84
4	A norma constitucional e sua conflitualidade intrínseca: peculiaridades.....
	89
4.1	A conflitualidade intrínseca nas distintas espécies de norma constitucional....
	92
5	Concausas da conflitualidade intrínseca.....
	109
6	Aspectos do contexto ambiental.....
	111
CAPÍTULO II	
PLANOS DE PROJEÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA	
1	Aspectos introdutórios.....
	119
2	A conflitualidade no plano linguístico
	120
2.1	A funcionalidade da linguagem
	123
2.2	A tríade estrutural da comunicação normativa: linguagem, cultura e pensamento.....
	126
2.3	A Constituição formal e a “linguagem para propósitos específicos”
	134
2.4	Interferências na compreensão dos enunciados linguísticos normativos
	143
2.4.1	A estrutura dos enunciados linguísticos enquanto mecanismo de prevenção das interferências
	161
2.5	Inferências do discurso normativo
	173
2.6	A carga emotiva da linguagem constitucional
	179
3	A conflitualidade no plano axiológico.....
	184
3.1	O constitucionalismo e a virada axiológica
	192
3.2	Valores: formação e relevância.....
	216
3.2.1	O consenso no delineamento da base axiológica da Constituição formal
	227
3.2.2	O relativismo axiológico e a superação do fundamentalismo
	231
3.2.3	Os valores constitucionais e o seu alicerce cultural
	236
3.2.4	Norma e valor: uma distinção necessária.....
	241

3.2.5	O papel dos tribunais na sedimentação da axiologia constitucional	245
3.3	Concepções ideológicas da ordem constitucional	249
4	A conflitualidade no plano teleológico.....	253
4.1	A teleologia constitucional e a inter-relação entre referenciais jurídicos e políticos	260
4.2	A Constituição entre a autonomia política e o comprometimento teleológico .	268
4.3	O poder e a pessoa humana como epicentro das dissonâncias teleológicas.....	274
4.4	O utilitarismo constitucional: proteção ou ameaça às liberdades individuais?	283
5	A conflitualidade no plano operativo.....	292
5.1	A liberdade entre o <i>facere</i> e o <i>non facere</i>	298
5.2	A realização do referencial de igualdade.....	308
5.3	A implementação dos direitos prestacionais.....	317

TÍTULO II INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E RESOLUÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1	A resolução da conflitualidade intrínseca e suas implicações	331
2	Fatores endógenos que influem na resolução das conflitualidades intrínsecas	335
3	Fatores exógenos que influem na resolução da conflitualidade intrínseca.....	339
4	Ambivalência da interpretação constitucional: propulsão ou resolução da conflitualidade intrínseca	345

CAPÍTULO II

RESOLUÇÃO DA CONFLITUALIDADE INTRÍNSECA E PRIMAZIA DA PESSOA HUMANA

1	A pessoa humana e sua dignidade	347
2	A teoria dos círculos e o delineamento da dignidade humana	354
3	A dignidade humana e o seu potencial expansivo	359
3.1	Dignidade humana e mínimo existencial.....	361
4	Limites dos direitos fundamentais e conflitualidade intrínseca.....	364

CAPÍTULO III

A FUNCIONALIDADE RESOLUTIVA DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

1	Aspectos introdutórios.....	373
1.1	Elementos constitutivos da interpretação constitucional: argumentação e interpretação <i>stricto sensu</i>	379
2	Teorias da interpretação constitucional.....	382
2.1	Teorias do contrato	384
2.2	Teorias axiológicas.....	402
2.3	Teorias procedimentais	407
3	Funcionalidades da interpretação constitucional	414
3.1	Interpretação constitucional: reconhecer ou adjudicar?	415
3.2	Tensão dialética entre segurança jurídica e função de integração criativa.....	421
4	O intérprete e o seu elemento anímico	435
4.1	Pré-compreensão e compreensão na interpretação constitucional	440
4.2	O sentimento constitucional.....	442
4.3	Ideologias do discurso interpretativo	444
5	Hermetismo ou permeabilidade textual	446
5.1	Os extremos do formalismo e do realismo	447
5.2	Discurso interpretativo e fatores ambientais que interagem com o texto	468
6	Postulados de racionalidade na interpretação constitucional.....	471
6.1	Postulado do não absurdo e retração textual	486
7	Métodos de interpretação constitucional.....	491

7.1	Métodos clássicos e insuficiência do “quadrado Savigny”	495
7.2	Método tópico-problemático e abertura sistêmica	503
7.3	Método concretizador	510
7.4	Ponderação pré-normativa.....	514
7.5	Sinergia metódica e argumentação jurídica.....	519
8	Adjudicação de significado e liberdade decisória do intérprete	531
	PROPOSIÇÕES.....	535
	REFERÊNCIAS.....	547